

RECURSO ESPECIAL Nº 1.806.605 - RS (2019/0090565-0)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
RECORRENTE : COMCRED FOMENTO MERCANTIL LTDA
ADVOGADOS : NORMA MARIA DE SOUZA FERNANDES MARTINS E
OUTRO(S) - SC008890
SIMONE COSTA FAGUNDES - RS104928
Juliana Grãndler - RS081239
RECORRIDO : ALISON EVALDT DOS SANTOS & CIA. LTDA
ADVOGADO : JUSCELINO SCHWARTZHAUPT E OUTRO(S) - RS025802

EMENTA

*RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. ALEGADA
OFENSA AO ART. 1.022 DO CPC/2015.
CONFIGURAÇÃO DAS CONTRADIÇÕES
APONTADAS.
RECURSO ESPECIAL PROVIDO.*

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de recurso especial interposto por COMCRED FOMENTO MERCANTIL LTDA. em face de acórdão do TJRS, assim ementado:

*DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. PROTESTO DE
TÍTULO. INEXISTÊNCIA DE DÍVIDA. QUITAÇÃO DO
DÉBITO. DANOS MORAIS. CONFIGURADOS.*

*Caso em que a parte autora logrou demonstrar a quitação
substancial do título que deu ensejo ao protesto de título
efetuado pela parte ré.*

*O protesto indevido de título, ausente outros registros, importa
em dano moral in re ipsa, devendo a parte lesada ser
indenizada.*

*Na mensuração do dano, não havendo no sistema brasileiro
critérios fixos e objetivos para tanto, mister que o juiz
considere aspectos subjetivos dos envolvidos. Assim,
características como a condição social, a cultural, a condição
financeira, bem como o abalo psíquico suportado, hão de ser
ponderadas para a adequada e justa quantificação da cifra
reparatório-pedagógica. Quantum arbitrado em sentença
mantido.*

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 98/104).

No recurso especial, interposto com fundamento nas alíneas *a* e *c* do

permissivo constitucional, a recorrente apontou ofensa aos seguintes dispositivos: (I) ao art 1.022, II, do CPC, tendo em vista a omissão do acórdão recorrido em analisar as alegações feitas nos embargos de declaração com relação à modificação do parâmetro utilizado pela sentença para cálculo da verba honorária sem fundamentação; (II) arts. 313, 315 e 901 do Código Civil, sustentando a não obrigatoriedade do credor em receber prestação diversa da que lhe é devida, ainda que mais valiosa, restando ineficaz a fundamentação acerca da quase integralidade do débito.

Não foram apresentadas contrarrazões ao recurso especial (fl. 135).

É o relatório.

Passo a decidir.

A pretensão recursal merece provimento quanto à alegada ofensa ao art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015.

Com efeito, nos embargos de declaração opostos em face do acórdão recorrido, a recorrente apontou omissão no julgado quanto à modificação do parâmetro utilizado pela sentença para cálculo da verba honorária sem fundamentação, isso porque a sentença havia condenação a ré ao pagamento de honorários de 10% sobre o valor da ação, e o acórdão recorrido alterou para 13% sobre o valor da condenação.

No entanto, no julgamento dos embargos, o Tribunal de origem deixou de apreciar tal tema, razão pela qual fica evidenciada a violação do art. 1.022 do CPC/2015, uma vez que não foi prestada a jurisdição de forma integral.

Nesse sentido, *mutatis mutandis*:

**AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL.
PREPARO. RECOLHIMENTO VIA INTERNET. POSSIBILIDADE.
ART. 535 DO CPC. VIOLAÇÃO. OMISSÃO NÃO SANADA.
PRESCRIÇÃO. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. DECRETAÇÃO
DE OFÍCIO. LEI Nº 11.280/2006. AUSÊNCIA DE PRECLUSÃO.
(...)**

2. Constatada a existência de omissão não sanada no acórdão proferido pelo Tribunal local, a despeito da interposição de embargos de declaração, é de rigor o reconhecimento de violação do art. 535 do CPC, por negativa de prestação jurisdicional, com

a determinação de retorno dos autos à origem para que se realize novo julgamento.

(...)

4. Agravo Regimental não provido.

(AgRg nos EDcl no AREsp 490.095/MS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/12/2015, DJe 02/02/2016, grifei).

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL E CONTRATO BANCÁRIO. EXECUÇÃO. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. ALEGADA VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. OCORRÊNCIA. OMISSÃO DO ACÓRDÃO ACERCA DA AFIRMADA EXISTÊNCIA DE SUPOSTO JULGAMENTO EXTRA PETITA NO CÁLCULO DOS JUROS REMUNERATÓRIOS. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS E SUFICIENTES FUNDAMENTOS.

1. O conhecimento do recurso especial exige a manifestação do Tribunal local acerca da tese de direito suscitada. Recusando-se a Corte de origem a se manifestar sobre a questão federal, fica obstaculizado o acesso à instância extrema, cabendo à parte vencedora invocar, como no caso, a infringência do art. 535 do CPC, a fim de anular o acórdão recorrido para que o Tribunal a quo supra a omissão existente.

2. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 408.696/RS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 18/12/2014, DJe 09/02/2015, grifei).

Assim, sendo relevante a questão aventada na origem, impõe-se a acolhida do recurso especial para se reconhecer a omissão do julgado e determinar a devolução dos autos à origem para a apreciação do tema omitido, uma vez que se trata de matéria insuscetível de ser objeto de prequestionamento ficto, nos moldes do art. 1.025 do CPC/2015, e, portanto, de ser, desde logo, julgada por esta Corte Superior.

Ante o exposto, dou provimento ao recurso especial para determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem para que seja sanada a omissão indicada na fundamentação da presente decisão.

Advirto as partes da multa prevista ao agravo interno manifestamente improcedente (art. 1.021, § 4º, do NCPC).

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de junho de 2019.

Ministro **PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
Relator

